

Subsídios para um Novo Modelo de Ensino Superior Militar Universitário em Portugal*

João Vieira Borges

Tenente-Coronel do Exército e Professor na Academia Militar.

Resumo

Circunscrevendo o tradicional debate do sub-sistema do ensino superior militar, ao vector do ensino superior militar universitário (ESMU), o presente artigo tem como pressuposto a necessidade e urgência da reflexão sobre um novo modelo em Portugal. Assim, centrando o esforço de análise nos cursos de Ciências Militares ministrados pela Escola Naval, pela Academia Militar e pela Academia da Força Aérea, caracterizou-se a especificidade do ESMU e identificaram-se ainda as diferentes variáveis de um modelo teórico. Fez-se, em seguida, a análise do modelo actual, tendo por base a avaliação externa entretanto realizada, os modelos de outros países aliados (EUA e França), os factores influenciadores (de ordem política, económica, sociocultural e militar) e as variáveis mais determinantes. Finalmente, e apesar da ausência de resposta a muitas questões, levantaram-se subsídios para um novo modelo de ESMU para Portugal. Com o novo modelo pretende-se cuidar da formação do Homem, do Cidadão, do Soldado e do Chefe, e proporcionar competências profissionais mais objectivas e opções de carreira mais diversificadas aos “oficiais de qualidade e cidadãos de excelência” do século XXI.

Abstract

Circumscribing the traditional discussion about the sub-system of the Military Superior Learning to the University vector (ESMU), the present article aims at reflecting on the need and urgency of improving a new model in Portugal.

So, to characterize the specificity of ESMU and to identify the different variables of a theoretical model, the effort of the analysis has been focused on the military courses in Military Sciences by Naval School, Military Academy, as well as Air Force Academy.

Then it has been done an analysis of the nowadays model having as its basic fundaments: outside assessment; the models in other countries (France and USA); influent factors (political, economical, socio-cultural and military); moreover the most determining variables. At last, in spite of not obtaining an answer to many questions, a lot of subsidies have arisen towards a new model of ESMU in Portugal. With the new model we intend to be concerned about the formation of Man, Citizen, Soldier and Leader, and this way to proportionate professional and more objective skills as well as more differentiated options for a career for the “Officers with quality and the excellence of Citizen” in the XXI st century.

* Este artigo foi escrito em Dezembro de 2003 e foi disponibilizado como documento de trabalho no âmbito da “Reforma dos Cursos da Academia Militar” e das “Jornadas de Reflexão sobre o ESM” que tiveram lugar no IAEM, nos dias 18 e 19 de Março de 2004.

1. Introdução

Nos últimos anos, muito se tem falado e escrito sobre a reforma do Ensino Superior Militar (ESM), mas quase sempre numa perspectiva estrutural, com a discussão a centrar-se sobretudo ao nível da eventual criação de uma universidade das Forças Armadas (FA) e da concentração dos institutos de altos estudos militares, num instituto de estudos avançados.

Os sete anos como professor e coordenador científico, e os três anos como comandante de companhia e de batalhão de alunos da Academia Militar (AM), deram-nos a experiência e o saber necessários para abordarmos recentemente esta temática¹, altura em que, entre outros aspectos relacionados com a reforma do ESM, chamámos a atenção para a importância e para a necessidade do estudo e implementação de vários instrumentos de acção, como a opção por diferentes modelos de ensino.

Ao pretendermos abordar a questão dos modelos de Ensino Superior Militar Universitário (ESMU) ministrados nos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior Universitário (EMESU - Escola Naval, Academia Militar, Academia da Força Aérea), estamos a concentrar as atenções relativamente ao vector de formação base do ESM, que tem ainda nos institutos de altos estudos militares e nos politécnicos militares, outros vectores muito importantes na qualificação e formação dos oficiais das FA.

Para todos os efeitos, encaramos um modelo de ESMU como uma representação formal, mas simplificada, do conjunto de cursos mais significativo e simultaneamente mais representativo das suas estruturas essenciais e que reúne características ou qualidades que fazem dele um exemplo de referência do ser oficial. E destacamos entre os vários cursos existentes nos EMESU, aqueles que consideramos mais significativos em termos de dimensão e em termos dos quadros mais elevados da hierarquia, que são os cursos de licenciatura em Ciências Militares, nas especialidades de Infantaria, Artilharia e Cavalaria no Exército, das Armas na GNR, de Marinha e Fuzileiros na Armada, e de Piloto Aviador, na Força Aérea.

Ao contribuírmos com subsídios para um novo modelo, pretendemos com a nossa opinião - consolidada também pelo privilégio que tivemos em visitar quatro EMESU estrangeiros (Espanha, EUA, França e Reino Unido)² - levantar novos elementos de análise

1 Ver BORGES, João Vieira, "A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal", *Revista Militar* nº 2412, Janeiro 2003, Lisboa, p. 47-78.

2 E de participar em Julho de 2002, em Saint-Cyr (França), num seminário com a presença de 26 Academias Militares (24 europeias e 2 norte-americanas).

para o debate sobre esta temática, independentemente do bom trabalho desenvolvido nos últimos anos por todos os EMESU e da validade ou oportunidade da nossa intervenção, elementos a que só o futuro poderá dar resposta.

Assim, começaremos pela especificidade do ESMU, a que se seguirá a caracterização de um modelo de ESMU. Faremos depois análise do modelo actual, com destaque para os seus pontos fortes e fracos, tendo por base a avaliação externa entretanto realizada³ e os modelos de dois países aliados nas organizações de segurança e defesa colectiva (EUA e França). Apresentaremos depois subsídios para um novo modelo em Portugal, com base na identificação de alguns factores influenciadores das variáveis, e terminaremos com algumas considerações finais portadoras das ideias chave.

Não dispondo de bibliografia específica muito para além de alguns artigos publicados recentemente na *Revista Militar*, a liberdade de acção é maior, assim como a probabilidade de abrir caminho à discussão, que esperamos seja profícua, porque estamos a reflectir sobre o futuro dos generais dos anos 30, que esperamos continuem a constituir parte significativa do futuro de Portugal, enquanto Estado independente e soberano no concerto das nações.

2. A especificidade do Ensino Superior Militar Universitário

Os estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico, públicos e privados, ministram cursos e atribuem graus académicos de nível superior, prestando serviços à comunidade, gozando de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

O ESM, que gradualmente se tem aproximado do ensino superior em geral, no sentido de obter o reconhecimento dos “seus” graus académicos, continua a ter a sua própria especificidade, que vem expressa na Lei nº 1/2003, quando destaca no seu artigo 50º, que *o Governo aprova, por Decreto-Lei, a adaptação do respectivo regime jurídico aos estabelecimentos de ensino superior militar* ⁴, *no respeito da respectiva especificidade.*

3 Pelo Decreto-Lei nº 88/2001, de 23 de Março, o subsistema do ensino militar foi integrado no processo global da avaliação do ensino superior universitário público, acção considerada vital para a credibilidade do ESM pelo Prof. Doutor Adriano Moreira e que terminou recentemente (Julho 2003), com a avaliação das licenciaturas em Ciências Militares.

4 E ensino superior policial, ensino superior concordatário e ensino superior não presencial.

Sendo o corpo dos EMESU a sua dimensão física, a sua alma enquadra-se nas funções, dentro do qual se realiza a diversificada, complexa e específica actividade que desenvolve, ficando o espírito associado à ideia da sua missão e à instituição militar para que forma os seus alunos; no fundo a razão da sua especificidade relativamente à universidade tradicional. A especificidade militar consubstancia-se, assim, no corpo e na alma e, sobretudo, no espírito.

Mas afinal qual o factor determinante dessa especificidade?

Em duas palavras... profissão militar.

Profissão militar, que para Janowitz⁵ consiste numa mistura de heróis, gestores e especialistas, cujos líderes têm de saber administrar a violência, num equilíbrio que varia em cada plano da hierarquia de autoridade.

Sobre esta temática, a maioria dos autores de referência, como Janowitz, Moskos, Huntington e Perlmutter, destacam a importância da discussão em torno dos modelos institucional e ocupacional. Em Portugal, Maria Carrilho e especialmente Mira Vaz, em estudos mais recentes, optam por uma solução mais próxima do equilíbrio, em face da nova ordem internacional, das missões do *guardião-soldado*, da revolução nos assuntos militares e da nova administração da violência organizada⁶.

Mas para formar quadros, que têm de proporcionar segurança ao Estado e de ser em simultâneo politicamente neutrais e moralmente afirmativos, é necessário assumir certas diferenças intrínsecas ao militar, ao seu estatuto e à sua função de servidor do Estado. Por isso, o Tenente-General Belchior Vieira, já destacou, mais do que uma vez, que o ESM terá de formar acima de tudo “gestores da violência armada, legítima e organizada, directamente empenhados na sua preparação e aplicação”.

Nos EUA, o Center of Strategic and International Studies – CSIS, formou um comité coordenado por Dick Cheney, em 1997, destinado a avaliar o sistema de educação militar profissional e a fazer recomendações. Entre as suas conclusões, o CSIS destacou que as missões de hoje “exigem que o capitão seja também um negociador, diplomata, soldado, e que promova a manutenção da paz”.

Como temos constatado nos últimos anos, definir hoje o perfil do militar e do oficial de 2030 não é tarefa fácil, nem sequer para exércitos dos países mais poderosos do Mundo. Mas existe a consciência de que o oficial do futuro necessitará cada vez mais de uma maior capacidade de gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros e cada vez menos de

5 Ver JANOWITZ, Morris, *The Professional Soldier*, The Free Press, MacMillan Publishing, Nova Iorque, 1971.

6 Ler VAZ, Nuno Mira, *Civilização das FA nas Sociedades Demoliberais*, Edição Cosmos, IDN, Lisboa, 2002.

capacidades ligadas, ou associadas, à construção ou reparação dos artefactos bélicos (e quanto maior o desenvolvimento tecnológico mais este desenho estará próximo da realidade).

Sendo o produto do ESMU, um militar com cerca de 23 anos, com uma competência específica relacionada especialmente com o comando de homens e a gestão da violência, com a responsabilidade primária de contribuir para a segurança nacional, em subordinação ao Estado e com o necessário espírito de corpo, por respeito a valores institucionais como a honra e o dever, naturalmente que terão de existir diferenças relativamente ao ensino superior público ou privado.

E tal especificidade do ESMU, tão fácil de sentir mas tão difícil de explicar, está explícita em diplomas legais, em Portugal e no estrangeiro, independentemente dos sistemas de ensino de cada País e da missão de cada estabelecimento.

A evolução do ESMU, desde o início do século XVIII, altura a partir da qual passou a ser conhecido e reconhecido ao nível do ensino superior, tem acompanhado, em parte, a própria evolução do ensino superior público. Os EMESU têm sido, desde o início do século XVIII, orientados fundamentalmente para a formação de base dos futuros oficiais, em várias componentes (a científica de base, a de índole técnica e tecnológica, a comportamental, a preparação física e de adestramento militar), no sentido de lhes dar todas as condições necessárias para a adaptação a novas situações de guerra e de paz.

Ao longo dos tempos, e apesar das alterações nas competências exigidas ao oficial, em função da evolução tecnológica e científica, da evolução da guerra, da evolução da sociedade e do Mundo em que está inserido, o modelo tem-se mantido sensivelmente idêntico desde o início do século XX, apesar dos reajustamentos pontuais efectuados nos últimos anos⁷.

Se em termos legais a aproximação tem sido gradual, em termos práticos as diferenças continuam a ser significativas relativamente ao ensino superior público e mesmo ao privado. Por outro lado, encontramos com grande facilidade, pontes entre os três EMESU (EN, AM, AFA), naquilo que entendemos por bem considerar de *especificidade militar*. Esta sensibilidade foi recentemente traduzida em palavras pela comissão de avaliação externa das Ciências Militares⁸, que na avaliação dos cursos dos três EMESU destacou, em termos

7 Sobre “um pouco de história” e sobre o “ser militar” ver FRAGA, Luís M. Alves de (Coronel), “Universidade das Forças Armadas e Ensino Superior Militar”, *Revista Militar* n.º 2419/20, Agosto/Setembro 2003, Lisboa, pp. 771-790.

8 Relatório síntese global, de Julho 2003, 2º ciclo, 3º ano.

de especificidade relativamente às restantes instituições de ensino superior, entre outros, os seguintes elementos:

- o carácter militar das instituições de ensino superior, sujeitas a cadeias de comando hierarquicamente estabelecidas e pessoalmente nomeadas;
- a existência de uma dupla tutela (Ministérios da Defesa e da Ciência e do Ensino Superior);
- o regime de internato considerado como o único compatível com o tipo de formação, simultaneamente científica e técnica; militar e física, comportamental e ética;
- o carácter dual do corpo docente, coexistindo professores civis e militares;
- a restrição legal ao grau académico de licenciatura...

Basicamente, o oficial foi sempre formado para comandar, muito embora em determinados períodos da História, a formação tivesse sido orientada especificamente para a função de oficial subalterno, que o esperava à saída do EMESU, numa guerra algures na Europa (I GG) ou em África (Guerra Colonial). Noutros períodos, a preocupação da formação foi mais orientada no sentido do comando de vários escalões ao longo da carreira, o que implicou a necessidade de uma formação inicial mais global, que assegurasse os conhecimentos necessários para o desempenho de diversas funções, desde a de “educador do povo”, à de administrador.

Assim, eis os primeiros dois aspectos fundamentais da especificidade militar nos EMESU:

- os alunos são formados para *comandar* militares, na paz e na guerra;
- os alunos são destinados a uma *única entidade empregadora* (dispondo no final de uma “forma de estar”, de um “emprego” e de uma “carreira”), a Armada, o Exército, a Força Aérea, a GNR...

Outro aspecto importante tem relação directa com a componente social, com o papel do oficial formado nos EMESU na sociedade que o envolve, com o prestígio da sua instituição e da sua escola de formação e com o reconhecimento da sociedade relativamente à farda que enverga. E aqui, tem havido um cuidado muito especial da instituição militar, e em particular dos três EMESU portugueses, no acompanhamento do que de melhor se faz na sociedade envolvente, no sentido de ministrar uma formação de qualidade, reconhecida

pelos seus pares, não só em termos dos cursos, dos currículos, das instalações, dos corpos docente e discente, mas especialmente do cuidado em satisfazer, com eficiência e eficácia, a entidade empregadora.

A recente preocupação com a evolução da componente académica e científica, no sentido da adequada equivalência a cursos civis e da valorização do oficial enquanto cidadão com responsabilidades de nível superior, só poderá ser negativa se acontecer em detrimento do peso ou da qualidade das componentes militar, técnica e comportamental. Neste caso, mais dois apontamentos para a especificidade militar:

- que a mais valia do ensino nos EMESU encontra-se, sobretudo, na possibilidade de ministrarem *formação militar e comportamental*, adequada ao desempenho de funções únicas na sociedade por parte de um dos servidores do Estado; defender a Pátria *mesmo com o sacrifício da própria vida*;
- que a formação académica do futuro oficial é de nível superior e com a qualidade inerente às elites...

A base da especificidade está, portanto, na formação militar e comportamental⁹, responsabilidade primária do corpo de alunos dos diferentes EMESU, e nos consequentes objectivos que passam sempre por formar “gestores da violência” ou “produtores de segurança”.

E na formação militar e comportamental, a especificidade militar não é exclusivamente a “farda”, “a pontualidade”, “o sistema presencial”, o “espírito de cidadania”, apesar da sua importância, sobretudo no seu conjunto, na formação dos futuros oficiais. Estes aspectos foram ontem, e são hoje, cultivados por vários estabelecimentos de ensino superior não militares, normalmente de excelência, que têm nas regras de acesso rigorosas e no corpo docente de grande qualidade, outros atributos. A especificidade militar é também a cultura permanente dos valores da instituição¹⁰ (a qual se constrói em parte com o rigor do cerimonial, com uma maior ligação às unidades que irão servir, com mais visitas, mais conferências, com experiências de militares mais antigos, mais exercícios militares no terreno...), é a tomada de consciência de que a função primária de comandar é diferente de

9 Onde se cultivam valores, qualidades e competências como: honra, integridade de carácter; relações humanas e cooperação; autoconfiança e autodomínio; iniciativa; sentido do dever e disciplina; poder de comunicação; dedicação e empenhamento na função; planeamento e organização; aptidão técnico-profissional; julgamento; decisão; condição física...

10 No caso da universidade pública ou mesmo privada, ainda não há a noção da instituição que se vai servir, cultivando-se, por vezes em excesso e sem sentido, os valores da instituição universitária...

mandar (é a vida e não o emprego dos soldados que está em causa), é a noção de que servir o País está sempre em primeiro lugar.

Os alunos são seleccionados noutras áreas que não só as decorrentes da sua valia académica, nomeadamente nas áreas psicotécnica, física, médica e de aptidão militar; ou seja, detêm todas as condições para uma escola de excelência. Por outro lado, os alunos são objecto de um regime disciplinar e mesmo de um regime escolar especial, que consubstancia os valores essenciais da cultura organizacional das FA.

Especificidade militar é dispor nos EMESU de uma cadeia de comando que promove diariamente a cultura da instituição militar e que tem necessariamente de ser diferente da organização e gestão de uma universidade pública ou privada, pois só assim constitui um comportamento organizacional mais próximo da realidade que os alunos irão enfrentar, o que necessariamente transporta consigo mais vantagens do que inconvenientes.

A especificidade militar passa igualmente por um corpo docente, com professores civis e militares, heterogéneos na formação, mas homogéneos nos valores e princípios que norteiam uma instituição de referência e um ensino de excelência.

A especificidade militar consubstancia-se e passa ainda pela consolidação das disciplinas mais relacionadas com os conhecimentos militares, no sentido de as actualizar em face das rápidas alterações que vão sofrendo, desde a estratégia, à tática, à logística, à legislação militar, à organização militar, ao armamento, à organização do terreno, à história militar, até à liderança militar.

Ceder ao mundo académico em geral, na área dos conhecimentos militares e, sobretudo, na formação militar, é retirar os verdadeiros pilares da especificidade militar. A sobrevivência dos EMESU só se justifica se, como Sebastião Telles escreveu, continuarem a existir e a ser cultivados os conhecimentos militares.

Um dos grandes desafios dos diferentes EMESU está hoje na crescente dificuldade de adaptação dos jovens a estes valores (até porque a sociedade e a família dificilmente os cultivam) e na solução a encontrar, em cada País e em cada instituição, no sentido da mais fácil integração das várias componentes, académica e militar. Conseguir continuar a criar nos alunos um invulgar espírito de bem-servir e desenvolver qualidades como a camaradagem e o espírito de sacrifício, a par de níveis elevados de conhecimento científico, pressupõe medidas a vários níveis como a opção cuidada por novos modelos de ensino, que outros países têm adoptado recentemente.

Como apontamento final da especificidade militar, destacamos a missão única dos EMESU: formar o oficial combatente-académico, *que terá de ser sempre combatente,*

com suporte e formação universitária e não universitário para ser combatente, e que terá de ser comandante com elevados conhecimentos e não um universitário que também pode comandar.

3. Características de um modelo de ESMU

São requisitos legais para a criação e aprovação de um curso superior conferente de grau académico (licenciatura, mestrado ou doutoramento), um projecto educativo, científico e cultural próprio, a existência de instalações, de recursos e de um corpo docente próprio, apropriados à natureza do curso e do respectivo grau.

No caso do ESMU, os cursos aprovados por portaria conjunta dos Ministros de Estado e da Defesa Nacional e da Ciência e do Ensino Superior (mediante proposta do Chefe do Estado-Maior do ramo) respeitam tais requisitos legais, salvaguardando as suas especificidades.

Um modelo de ESMU, tal como atrás definimos, constitui uma representação do conjunto de cursos mais significativos e simultaneamente mais representativos das suas estruturas essenciais.

Um modelo de ESMU pode ser caracterizado por diferentes variáveis¹¹, sendo importante considerá-las, tendo por referência outros países aliados¹², e mesmo alguns critérios de avaliação dos respectivos EMESU. A importância da relatividade é considerável, no sentido de não levantar variáveis, que na prática constituem constantes em todos os EMESU apesar de serem importantes numa visão integrada do ESM.

Quando analisamos os diferentes cursos de um mesmo EMESU (caso da AM) encontramos diferentes modelos (caso das Ciências Militares, das Medicinas e das Engenharias), pelo que importa identificar as variáveis caracterizadoras. E entre estas

11 O nível de ensino universitário está à partida assumido como uma constante, pois, com excepção do Reino Unido, todos os EMES concedem o grau de licenciatura aos seus alunos. O grau universitário “demonstra a capacidade do oficial para aprender, dotando-o de habilitações específicas para o desempenho de funções de chefia”. Inclusivamente esta situação é imposta hoje em termos estatutários (nº 1 do artº 130 do EMFAR). Sobre a necessidade da formação universitária, consultar o excelente artigo do Capitão-de-Fragata PAULO, Jorge Silva, “Universidade das Forças Armadas”, *Revista Militar*, nº 2411, Dezembro 2002, Lisboa, pp. 953-970.

12 Normalmente, identificam-se muito resumidamente quatro modelos ocidentais: o Francês (que também tem no seu interior vários modelos, mesmo ao nível das armas, desde 2002, com o recrutamento externo de licenciados); o Americano; o Alemão (com recrutamento interno e universidade militar) e o do Reino Unido (sem formação académica para além dos conhecimentos militares e resumido o curso a um ano essencialmente militar).

estão seguramente o número de anos do curso, a frequência de parte do curso e a concessão do grau académico numa universidade pública através de protocolo, a concentração dos conhecimentos militares no primeiro ano e a sua actualização ao longo dos anos por seminários, etc..

Consideramos como referência determinante do modelo, as licenciaturas em Ciências Militares recentemente avaliadas por uma comissão de avaliação externa do ensino superior universitário¹³, pela seguinte ordem de razões:

- conjunto de cursos com maior número de alunos;
- cursos mais significativos e representativos, dando mais facilmente acesso aos mais elevados postos da hierarquia militar;
- os seus formandos constituem a *espinha dorsal* da organização militar;
- não têm paralelo nos cursos ministrados nos restantes estabelecimentos de ensino superior público ou privado...

Sobre as variáveis caracterizadoras ou determinantes da construção de um modelo¹⁴, consideramos que algumas não deverão ser consideradas actualmente ao nível do ESMU (podendo ser destacadas ao nível do ESM), nomeadamente: o regime de funcionamento; o corpo docente; o regime de avaliação; as metodologias de ensino; as contrapartidas; a organização geral¹⁵; e a cultura institucional¹⁶.

13 Que com vogais nacionais e estrangeiros, com elevado conhecimento da instituição militar, realizaram um trabalho notável em prol da melhoria do ESM no seu conjunto.

14 O Tenente-General Belchior Vieira destaca no seu artigo “Modelos de Sistemas de Ensino Universitário Militar”, as seguintes variáveis caracterizadoras de um modelo: selecção; peso das matérias militares nos currículos; ensino e treino; tipo de licenciaturas; socialização. Aborda ainda este tema, tendo por referência dois modelos europeus distintos (de que sugerimos a leitura cuidada, porque complementar aos nossos exemplos): o alemão (convergente) e o inglês (divergente).

15 A solução da Universidade das Forças Armadas (UFA) e do Instituto de Estudos Avançados (IEA) permitia, segundo o ex-Ministro Veiga Simão “eficácia, rentabilidade, competitividade e acima de tudo tornava transparente o reconhecimento social, cultural e empresarial”. Sobre esta questão, pensamos que a criação de uma entidade de coordenação do ESM (de cariz conjunto) poderia resolver muitos problemas conjunturais e aproximar os vários actores. Não esqueçamos que as reestruturações e as reformas têm os seus tempos e não podemos, à partida, colocar entraves a qualquer iniciativa, caso contrário, não teriam existido homens como Sá da Bandeira e instituições como a Escola Militar, a Escola de Guerra ou mesmo a Academia Militar.

16 Já manifestámos a nossa opinião relativamente à necessidade de separação das dependências dos institutos de altos estudos militares (ou do IEA) relativamente à tutela da Educação (devem ser os militares a gerir os cursos de promoção e qualificação, sem qualquer interferência ou pressão exterior à instituição militar). Sobre os politécnicos militares, consideramos ainda que são urgentes as decisões no sentido de irmos ao encontro de Bolonha, e da licenciatura como grau académico mínimo do oficial (não pode haver oficiais de primeira e de segunda), o que leva à inevitável formação de base concentrada nos EMESU.

Assim, destacaremos como variáveis determinantes e caracterizadores de modelos de ESMU, as seguintes:

a) o regime de admissão

O recrutamento pode ser interno (número de militares limitado a uma determinada percentagem) ou externo (jovens civis). A admissão pode ser feita através de concurso documental e de prestação de provas específicas de acordo com o regulamento próprio (que incluem normalmente provas médicas, psicotécnicas, físicas e de aptidão militar ou técnica).

b) a duração dos cursos

De cinco a sete anos lectivos, dependendo dos cursos e da formação de base.

c) o grau académico

Continua a ser fundamental que todos os alunos adquiram um diploma académico e que este tenha o mesmo valor daqueles que são obtidos nas universidades públicas e privadas, fundamentalmente pelo prestígio da instituição e da escola e para mais fácil integração dos diplomados no mercado de trabalho. Por outro lado, a eventual opção pelo mestrado ou pelo doutoramento (que é a base comum à carreira docente do ensino universitário), ainda que protocolados com universidades civis, é uma modalidade pouco usual nos EMESU, todavia em fase de evolução em países como a França;

a) o objectivo de formação

Que passa por formar somente o oficial subalterno (curto), o oficial de carreira ou mesmo o servidor do Estado (alargado), com inevitáveis consequências para a definição do enquadramento científico mas também dos aspectos profissionais de âmbito militar e técnico;

b) a área científica e tecnológica e os cursos

Se os modelos em Portugal continuam a privilegiar as ciências exactas, na maioria dos países ocidentais as ciências sociais e humanas são determinantes na formação dos oficiais há mais de vinte anos, porque “mais importante do que saber como funciona é saber escolher e tirar todo o rendimento do que se escolhe”¹⁷. No que concerne aos cursos, a opção passa pelas Ciências Militares

17 FRAGA, Luís M. Alves de (Coronel), “Universidade das Forças Armadas e Ensino Superior Militar”, in *Revista Militar* nº 2419/20, Agosto/Setembro 2003, Lisboa, p. 780. Neste artigo de leitura obrigatória, o Coronel Fraga chama a atenção para o facto de não se ter definido o que se entende por “Ciências Militares”, nem se ter separado clara e distintamente o currículo “científico” do currículo “profissionalizante”.

(com crescente dificuldade de aceitação no mercado civil e no mundo científico), ou por cursos de relações internacionais, de gestão, de direito (GNR) e de engenharia de sistemas, na nossa perspectiva mais próximos das competências específicas e das necessidades dos ramos e da GNR. Os cursos de sociologia, psicologia, engenharia geográfica, história ou outros, que sendo necessários, não exigem um número considerável de alunos, poderão ser enquadrados nos actuais modelos da medicina e das engenharias.

c) o peso dos conhecimentos militares¹⁸

Fundamental em termos da especificidade militar e que deveria representar a percentagem dos conhecimentos militares na balança dos currículos. Na nossa perspectiva devem contemplar todas as actividades específicas dos EMESU e exteriores à componente académica, incluindo a preparação militar específica, o treino físico, a formação comportamental e ética para além das disciplinas com aplicação militar normalmente incluídas na preparação técnica;

d) o regime de “diplomação”

Que diz respeito à apresentação de uma tese final de curso, de uma memória, de um trabalho de curso, no fundo à outorga do grau;

e) o plano de curso

De espectro largo (caso de cursos de preparação mais global e multidisciplinar) ou reduzido (cursos mais orientados para a função ou para a competência específica) e com, ou sem, disciplinas de opção;

f) a investigação

É fundamental que se desenvolvam projectos de investigação nos EMESU, extensíveis dos docentes aos discentes, pelo menos no que concerne à outorga dos graus. Outra forma de impulsionar a investigação como base do ensino superior, seria através da realização de pós-graduações;

g) a internacionalização

Tem relação com a mobilidade e com os intercâmbios com congéneres ao nível de visitas e de formação complementar de docentes e especialmente de discentes entre EMESU de países aliados.

18 A «ciência positiva da guerra» de Sebastião Telles, baseada na evolução histórica, e nos métodos de observação...com disciplinas como a sociologia militar, a polemologia, os estudos de segurança e defesa, a geopolítica, a estratégia, a tática, a logística, a fortificação, a gestão de conflitos... Actualmente temos cada vez mais visões integradas da sociedade (a segurança externa e interna confundem-se), o que não quer dizer que, como destaca o General Loureiro dos Santos, deixe de ser obrigatório para qualquer oficial, conhecer a vida e obra de Clausewitz, Moskos, Janowitz, Jomini...

Entre os factores influenciadores (internos e externos) dos modelos de ESMU, destacaríamos em termos internos:

- políticos (caso das políticas de educação e das opções por licenciaturas de 3 ou 4 anos);
- económicos (nomeadamente a racionalização de recursos);
- socioculturais (caso da visão da sociedade relativamente aos graus académicos e ao papel das FA);
- militares (como as novas missões mais conjuntas e combinadas, o perfil do oficial, a profissionalização e a necessidade de harmonizar o ESM ao nível dos três ramos).

Por outro lado, o peso de factores influenciadores externos pode também ser significativo, nomeadamente:

- político (evolução da união europeia e da declaração de Bolonha);
- económicos (crise mundial e restrições da união europeia);
- socioculturais (maior ou menor normalização do ensino decorrente da globalização);
- militares (processo da PESC/PESD, novas missões combinadas alterações estruturais noutros EMESU congéneres de países aliados).

4. O modelo actual

Nos últimos anos efectuaram-se algumas “reformas” nos diferentes cursos de Ciências Militares, que os enriqueceram e credibilizaram, como são prova os resultados da avaliação recente, efectuada pela comissão de avaliação externa do ensino superior universitário.

Tendo consciência da existência de vários modelos de ESMU, mesmo em cada um dos EMESU (caso das engenharias, da administração e das medicinas), vamos considerar exclusivamente os cursos de Ciências Militares (excepção para a Administração) como núcleo central. As variáveis que incluem aqueles cursos noutros modelos, situam-se sobretudo ao nível da duração dos cursos (que variam entre os 4 e os 6 anos + 1 de tirocínio) e da concessão dos graus pelo EMESU, ou pela universidade pública que frequentam. Estas alterações são compreensíveis tendo em atenção:

- a consequente racionalidade económica, em face da dificuldade da instituição em dispor de um corpo docente e instalações especializadas para cursos com poucos alunos;

- a elevada credibilidade dos cursos ministrados pela universidade que a instituição militar “escolhe”;
- a licenciatura para o servidor do Estado, criando saídas profissionais paralelas à da instituição militar, em qualquer momento da carreira;
- a manutenção do regime de internato e das componentes militar, física, comportamental e ética, em moldes diferentes, mas já testados e com bons resultados.

Deste modo, e voltando ao modelo dos cursos de Ciências Militares (Marinha e Fuzileiros na EN, Infantaria, Artilharia, Cavalaria e Armas-GNR na AM e Piloto-Aviador na AFA), poderíamos caracterizá-lo tendo em conta as variáveis atrás identificadas.

No sentido da necessária relatividade, e porque o modelo nacional pode (e preferencialmente deve) ser considerado uno¹⁹, considerámos a título de comparação (ver Quadro 1), os modelos Francês (L'École Spéciale Militaire de Saint-Cyr) e dos EUA (United States Military Academy-West-Point), independentemente da noção de que existe todo um enquadramento político, económico, social e mesmo militar (neste caso circunscrito inclusivamente ao ramo Exército), que é determinante relativamente a algumas opções das variáveis seleccionadas.

Quadro 1 - Elementos caracterizadores dos modelos de ESMU em Portugal, França e EUA

Variáveis	Portugal	França	EUA
<i>Regime de admissão</i>	Concurso documental (disciplina específica de matemática) e de prestação de provas específicas (físicas, médicas, psicológicas e de aptidão militar). Menos de 24 anos para candidatos internos e 22 para candidatos externos.	Concurso documental (abertura às ciências, letras e ciências económicas e sociais) de prestação de provas específicas (físicas, médicas e de aptidão militar) a cargo do Ministério da Defesa. Inclui dois anos de preparatórios. Menos de 22 anos para candidatos internos e externos.	Recomendação de um membro do Congresso ou do Exército e prestação de provas específicas (académicas, físicas, médicas e de liderança). Abertura a todas as áreas científicas e tecnológicas. Entre os 17 e os 23 anos para candidatos internos e externos.

¹⁹ As diferenças não são significativas, havendo pequenos desajustamentos em termos curriculares ou dos planos de curso, que não são determinantes na construção de um modelo.

Variáveis	Portugal	França	EUA
<i>Duração dos cursos</i>	4 + 1 (tirocínio). Escolha da arma no início ou no fim do 1º ano.	Várias modalidades em função das habilitações académicas dos candidatos. O mais usual é o de 2 (preparatórios)+3 + 1 (tirocínio). Escolha da arma no fim do último ano.	4 + 1 (tirocínio). Escolha da arma no fim do último ano.
<i>O grau académico</i>	Licenciatura em Ciências Militares.	Diploma de Saint-Cyr e grau equivalente a licenciatura (e título de engenharia) e mestrado.	“Bachelor of science degree” equivalente a licenciatura. Com um ano adicional na universidade podem obter o grau de <i>master</i> .
<i>Objectivo de formação</i>	Oficial de carreira (alargado).	Oficial de carreira e servidor do Estado (alargado).	Oficial de carreira e servidor do Estado (alargado).
<i>Área científica e tecnológica e cursos</i>	Ciências exactas. Cursos de Ciências Militares, com especializações diversas (Infantaria, Fuzileiros...).	<i>Ciências sociais e humanas e ciências da engenharia.</i> Cursos de “relações internacionais e estratégia”, de “gestão das organizações e do homem” e de engenharia”.	<i>Ciências sociais e humanas, ciências exactas e ciências da engenharia.</i> Vários cursos como química, informática, economia, história, relações internacionais, matemática...
<i>Peso dos Conhecimentos Militares</i>	Entre 46% (Armas GNR) e 82 % (Marinha).	Cerca de 40%, concentrados sobretudo no primeiro e no último semestres.	Cerca de 45%.
<i>Regime de “diplomação”</i>	Tese final de curso.	Tese final de curso.	Sem tese final.
<i>Plano de curso</i>	De espectro largo, sem disciplinas de opção.	De espectro curto, com disciplinas de opção.	De espectro curto, com disciplinas de opção.
<i>Participação na investigação</i>	Essencialmente na tese final de curso.	Durante o curso.	Durante o curso.
<i>Internacionalização</i>	Restrita a visitas	Visitas e trabalhos finais dos alunos.	Visitas e protocolos de intercâmbio de alunos.

A análise de modelos de ESMU de outros países aliados, ajuda a compreender as reestruturações encetadas por grandes potências aliadas, desde que sejam compreendidos e considerados os racionais das reestruturações e os respectivos sistemas de ensino. A escolha da França e dos EUA, para além do conhecimento que temos por contacto muito recente com aquelas escolas, foi feita no sentido em que constituem dois modelos de referência no mundo ocidental, que se encontram em fase de reestruturação e com alguma influência nos restantes EMESU, na Europa e na América do Norte, afinal os pólos principais da sociedade da informação e do conhecimento.

Em França (Saint-Cyr) o perfil do oficial é o de um “chefe militar, servidor do Estado, e decisor”. O oficial é entendido como homem de acção dotado de uma capacidade de reflexão e de vastos conhecimentos militares, com especial destaque para a gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, competências que no conjunto “consolidam” a arte de comandar. Tendo em atenção o perfil atrás referido, todo o projecto pedagógico de Saint-Cyr está assente em quatro pilares: a cultura geral; o sentido dos valores; a aptidão para o comando; as competências profissionais.

Por sua vez, a arquitectura da formação militar geral (do homem, do cidadão, do soldado e do chefe) inclui um tronco comum de formação geral comum a todos os oficiais, formação académica, formação do comportamento militar e a formação militar e desportiva. A componente militar é concentrada no primeiro ano (formação inicial militar de 4 meses e estágio num regimento durante três meses, para além de diversos cursos, como paraquedismo, comandos...) e no último semestre antes do tirocínio. A componente académica obedece à abertura à sociedade civil, à internacionalização da formação e à qualidade, tendo sempre presente uma estreita ligação com a componente militar.

Dispõe ainda de uma organização dos cursos por semestres²⁰, que vai ao encontro do nível de recrutamento de cada um dos alunos de elite: entre os que dispõem dos 2 anos de preparatórios para as Grandes Escolas, fazem mais 3 anos e o tirocínio; entre os licenciados com 4 anos, que fazem mais 2 anos e o tirocínio; entre os licenciados com 5 anos, que fazem mais 1 ano e o tirocínio.

As licenciaturas em “relações internacionais e estratégia” e em “gestão das organizações e dos homens”, são ministradas em quatro semestres, o último dos quais incluindo a preparação e a redacção de uma memória de curso (normalmente associada à vida militar), num total de cerca de 2.500 horas, das quais cerca de 30% em cadeiras de opção e 25% em trabalho de investigação e pesquisa. Os engenheiros assentam num modelo semelhante e

20 Seis semestres tipo: Integração; Combate; Formação Geral; Internacional; Ensino Específico; Ensino Opcional.

com a mesma duração (seis semestres depois de um ano de preparatórios como condição de acesso) do modelo das armas (curso reconhecido pela Ordem dos Engenheiros).

O grau de mestre é possível obter nas modalidades de “ $(4/5)+(2/1)+1$ ”, em sintonia com o processo de Bolonha (3+2) e para os “melhores voluntários”.

A experiência de 2002 relativamente ao recrutamento de licenciados para fazerem só dois semestres antes do tirocínio, resultou num fracasso em que para cerca de 100 vagas só foram admitidos 22 licenciados nas áreas de menos interesse para o exército francês (história e sociologia).

Nos EUA e particularmente em West-Point, o oficial é formado para servir o Exército e os EUA, tendo como lema “Dever, Honra e Pátria”. Pretende-se que o oficial seja um cidadão com valores reconhecidos pela sociedade, que pode assim integrar os quadros do Estado, mesmo para além dos da própria instituição militar para a qual é prioritariamente formado.

As cerca de 30 licenciaturas incluem 17 na área das humanidades e ciências sociais e 13 na área das matemáticas e ciências da engenharia. O desenho dos cursos é baseado nas necessidades do Exército e daí incluir uma parte comum com conhecimentos militares de base para qualquer oficial (que incluem cadeiras de “ciências militares”). Existem ainda disciplinas comuns e obrigatórias da área das ciências exactas (desenho, informática, química, física e matemática) e das humanidades e ciências sociais (línguas, liderança, inglês, história, direito). A área científica de opção tem maior peso a partir do 3º ano, com ênfase para os cursos de química, informática, economia, línguas estrangeiras, história, relações internacionais, literatura, matemática, história militar, geografia, física e ciência política.

Os alunos têm um treino militar intensivo durante as primeiras seis semanas (treino básico) e a componente militar é sobretudo concentrada em cerca de dois meses de verão.

Nos quatro anos vividos em West-Point, os alunos são preparados e desempenham gradualmente as funções de soldado (1º ano – treino básico), cabo (2º ano – treino de campo), sargento (3º ano) e oficial subalterno (4º ano), participando durante os dois últimos anos em exercícios, quer em unidades sediadas nos EUA, quer em teatros de operações espalhados pelo Mundo. No final do 4º ano os alunos escolhem as armas antes do tirocínio que se segue, sendo-lhes atribuída uma graduação equivalente à nossa licenciatura, bastando posteriormente um ano na universidade da área que escolheram para obterem o grau de *master* (obrigatório para os professores das áreas académicas). O peso da componente militar é de cerca de 45%, que inclui um peso elevado da componente física (com cerca de 15% do curso). Uma parte significativa (20%) dos alunos deixa as FA ao fim de cinco anos, servindo posteriormente os EUA nos serviços públicos, prioritariamente na área da segurança e defesa.

Notam-se algumas diferenças entre os três países, particularmente entre Portugal e os restantes dois países no seu conjunto, nas seguintes variáveis:

- apenas Portugal ministra uma licenciatura em Ciências Militares, não considerada como uma área científica e tecnológica pela maioria dos países, mas sim como “conhecimentos militares” determinantes na formação das competências específicas dos militares. Os restantes países ministram uma licenciatura (a França já com mestrado) numa área que proporcione saídas profissionais de fácil integração no mercado de trabalho, sem descuidar as necessidades da entidade empregadora e a formação militar;
- a concentração da formação militar em períodos superiores a dois meses e sobretudo numa fase inicial da formação (primeiro ano), no sentido de mais rapidamente socializar os alunos na instituição e de os preparar desde logo como Homens, cidadãos, soldados e chefes;
- a escolha da arma é feita no final dos cursos e imediatamente antes do tirocínio;
- os tirocínios são orientados especificamente para a aprendizagem dos conhecimentos da arma (sem repetições) e para a sua prática, com grande peso institucional das escolas práticas (que em Portugal têm vindo a perder a sua importância crucial como estabelecimentos de formação complementar aos EMESU).

Os modelos são necessariamente diferentes, em função da própria realidade de cada País, de cada sistema de ensino, das componentes sociais e económicas, da missão das FA e da eventual existência de outras escolas de formação de oficiais, e da dimensão de cada EMESU (West-Point tem cerca de 4.000 alunos, quando o conjunto dos EMESU em Portugal não ultrapassa os 800 alunos)²¹. Por outro lado, o facto de Portugal ser geopoliticamente europeu e transatlântico, e simultaneamente aliado das duas potências militares nas organizações internacionais de segurança e defesa colectiva, aproxima visões e variáveis, que deverão ser “cuidadas” com uma atenção especial, tendo como pressupostos as especificidades nacional e militar.

21 A Academia Militar têm em curso um projecto de I&D intitulado “A Formação dos Oficiais na Europa” em que estes aspectos são tratados cientificamente por uma equipa multidisciplinar e internacional liderada pelo Professor Doutor José Rodrigues dos Santos.

5. Subsídios para um novo modelo

Se considerarmos a avaliação efectuada aos diferentes cursos de ciências militares, em termos globais muito positiva, e a eficácia e eficiência demonstrada (mas não avaliada) pelos oficiais dos três ramos (licenciados em Ciências Militares) nos vários teatros de operações internacionais, chegaríamos facilmente à conclusão de que não seria necessário alterar o modelo, mas parcialmente os aspectos menos positivos, aliás como se vem fazendo há vários anos.

Então, qual a razão, ou razões subjacentes à eventual alteração do modelo actual?

Em primeiro lugar, porque pensamos que a avaliação externa (com resultados muito positivos) foi realizada tendo em atenção os cursos propriamente ditos e não a sua eficácia em termos da execução ao longo da carreira. Por outro lado, não havendo “concorrentes” em termos de ensino de Ciências Militares e de mercado de trabalho, todas as validações são de cariz essencialmente absoluto e não relativo, a não ser que se faça esse trabalho em termos comparativos com as congéneres estrangeiras²².

Em segundo lugar, porque não são normalmente equacionadas as questões relacionadas com as saídas profissionais e a integração no mercado de trabalho em qualquer momento da carreira, numa sociedade cada vez mais exigente em termos dos graus académicos e da escolaridade obrigatória. Por outro lado, a crescente interpenetração das esferas civil e militar, tanto no domínio estrutural como cultural, poderá constituir um catalisador da importância da formação orientada simultaneamente para o mercado de trabalho.

Em terceiro lugar, porque o mundo mudou de tal modo e, sobretudo, porque se alteraram significativamente as missões das Forças Armadas, que é imperioso efectuar uma reanálise de funções que outros exércitos, como o francês e o americano, já realizaram. A resposta a duas questões como “o que será a instituição militar no futuro?”²³ e “qual o perfil do oficial do século XXI?”²⁴, constituiria uma ajuda imprescindível para a tomada de decisão sobre a necessidade de alteração ou não do modelo. Por outro lado, o estudo cuidadoso dos factores influenciadores (internos e externos) ajudaria à tomada de decisões mais científicas e sustentadas. Nos EUA e em França, depois de analisados os estudos, chegou-se à conclusão que para o oficial das armas combatentes é mais importante a

22 O que se tentou com a inclusão de vogais estrangeiros de outros EMESU de países aliados.

23 Ver BARRETO, Martins (General do Exército), “A Instituição Militar no Século XXI”, *Nação e Defesa*, Verão 2001, n.º 98, pp. 17-31.

24 Ver VIEIRA, Guilherme Belchior, “Que Modelo de Militar para a Nova Arte de Guerra e Paz”, *Nação e Defesa*, Verão 2001, n.º 98, pp. 33-48.

formação na área das ciências sociais e humanas do que na área das ciências exactas, tradição do século XIX que ainda mantemos, mas que é “castradora” da admissão aos EMESU por parte de jovens oriundos da área das ciências sociais.

Em quarto lugar, porque em poucos anos transitámos de um sistema de conscrição para um sistema profissional, com as consequências inerentes em termos da necessidade de maior e mais específica preparação dos quadros. Moskos destacou a importância da profissionalização como grande alteração estrutural, com inevitáveis consequências para a formação das elites, dando como exemplo o que aconteceu nos EUA a partir de 30 de Junho de 1973.

Em quinto lugar, porque é cada vez mais importante separar a formação militar de base da formação académica, quer concentrando aquela num primeiro ano, quer desenvolvendo um corpo de disciplinas comuns associadas aos novos conhecimentos militares (actualizar Sebastião Telles), tendo sempre por referência a função-chave do oficial: *comandar*.

Em sexto lugar, porque Portugal necessita cada vez mais de uma racionalização do seu ESMU²⁵, que poderá passar pela normalização de modelos com respeito pela especificidade dos ramos (e da GNR), e por um esforço maior, de modo a que os EMESU passem a funcionar também como servidores do Estado. E esta racionalização pode ser feita com o novo modelo em que a componente académica poderia ser aberta a civis (com cotas, tal como aconteceu com experiências muito positivas nas engenharias e na pós-graduação em guerra de informação), com, ou sem, o recurso a uma *universidade das forças armadas* ou a uma entidade (militar e conjunta) coordenadora do ESM.

Em sétimo lugar, porque a execução de Bolonha²⁶ se aproxima a passos largos, com tendência para a redução da duração das licenciaturas (3 anos) e mestrados (5 anos) e nem sempre associados à carreira académica (como os doutoramentos em 8 anos). Se nada fizermos hoje, teremos daqui a cerca de 10 a 15 anos problemas graves de desajustamento remuneratório associado ao inevitável desajustamento dos graus académicos. O fenómeno da globalização pode arrastar a unificação cultural e, no nosso caso, a unificação do ensino. Por isso, necessitamos de aprender a viver no espaço global e sobretudo europeu e a

25 De acordo com as Grandes Opções do Plano (GOP), são consideradas como medidas de política a concretizar em 2004 no âmbito da defesa: “a maximização das estruturas conjuntas ou de utilização conjunta, designadamente nas áreas do recrutamento, do ensino superior militar e dos serviços de saúde militares”.

26 Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999, que reconhece a relevância da criação de uma política no âmbito da sociedade do conhecimento no espaço europeu, como contribuição para uma maior integração de todos os seus cidadãos, considerando como objectivos globais a promoção da mobilidade, da empregabilidade e da competitividade da Área Europeia de Ensino Superior.

desenvolver a nossa aprendizagem na diversidade, cultivando a especificidade e sobretudo tomando as iniciativas antes que nos imponham iniciativas, venham elas de Bruxelas ou de Paris.

Assim, em função dos modelos estrangeiros e, especialmente, da alteração de alguns factores influenciadores acima referidos, achámos por bem levantar alguns subsídios para um novo modelo (ver Quadro 2), independentemente do risco que corremos em face da ausência de resposta a várias questões tão importantes para o futuro da instituição militar como um todo.

Quadro 2 - Subsídios para um novo modelo de ESM em Portugal

Variáveis	Subsídios para um novo Modelo
<i>Regime de admissão</i>	Concurso documental com cotas para a área das ciências sociais e humanas e para a das ciências exactas, em função das necessidades da instituição;
<i>Duração dos cursos</i>	Cinco anos, com o 1º ano essencialmente militar (primeiro semestre do tipo de curso de formação de oficiais para formar o oficial subalterno e segundo semestre com as disciplinas de ciências militares), e os 2º, 3º e 4º essencialmente académicos, com escolha da arma (EN e AM) no final. Quinto ano de tirocínio.
<i>O grau académico</i>	Licenciatura. Possibilidade de concessão do grau de mestre (para os “melhores voluntários”), mesmo que inicialmente em cooperação com universidades públicas.
<i>Objectivo de formação</i>	Oficial do ramo e servidor do Estado, que em função da formação e qualificação ao longo da carreira, desempenharia com mais eficiência determinado tipo de funções (alargado).
<i>Área científica e tecnológica e cursos</i>	Ciências sociais e humanas, ciências jurídicas e ciências exactas. Cursos de relações internacionais, gestão, direito (GNR), e engenharia de sistemas.
<i>Peso dos Conhecimentos Militares</i>	Cerca de 30 a 40 %.
<i>Regime de “diplomação”</i>	Tese final de curso ou provas de mestrado.
<i>Plano de curso</i>	De espectro curto e com disciplinas de opção, que orientem o esforço em termos funcionais ou de graus académicos.
<i>Participação na investigação</i>	Ao longo da componente académica, em especial na tese ou memória final.
<i>Internacionalização</i>	Assinatura de mais protocolos com congéneres estrangeiros, para intercâmbio de docentes e discentes (EUA, França...).

Destes subsídios para um novo modelo destacaríamos os seguintes aspectos:

- a) A importância, em termos de exigência e qualidade da formação, decorrente da separação da parte militar relativamente à parte académica. Tradicionalmente, os alunos do modelo actual, nem conseguem ser bons militares, nem bons académicos, em face da permanente interposição das áreas;
- b) O investimento na componente militar (ano de formação geral comum), concentrada em dois semestres logo no início da carreira, de modo a ter no final do primeiro ano um “Homem-cidadão-soldado-chefe”, com algumas especializações (curso de pára-quedismo, sobrevivência, operações especiais...). Para tal, o primeiro semestre seria equivalente ao antigo curso de formação de oficiais (mais fácil para o jovem aluno em termos físicos, psicológicos e ao nível da sociabilização na instituição) e o segundo semestre teria uma concentração de disciplinas comuns da área dos conhecimentos militares (táctica, logística, liderança, estratégia...), sendo as actualizações posteriores feitas com pequenos seminários ou exercícios anuais (concentrados no mês de Julho ou Agosto). O primeiro semestre poderia inclusivamente ser ministrado nas unidades militares mais qualificadas para o efeito (centro de operações especiais, escolas práticas, brigadas...). Esta modalidade levaria a uma mais fácil integração com outros cursos incluídos noutros modelos (caso da medicina e das engenharias).
- c) A necessidade em assumir que (ainda) não existe uma área científica de ciências militares que justifique uma licenciatura específica. A solução passa pela opção por cursos como as relações internacionais, a gestão, o direito (maioritariamente na GNR) e a engenharia de sistemas, ou outros cursos²⁷ considerados importantes (e de alguma dimensão e continuidade) pela instituição militar, com várias disciplinas de opção que os oriente para determinadas funções (adido militar no País x com introdução de direito internacional público e da língua y), ou mesmo para os consequentes graus académicos (mestrado em gestão de recursos humanos...ou materiais...ou financeiros). Estes cursos (com cotas por áreas científicas em função das necessidades) seriam valorizados pela especificidade militar em termos da formação do homem e das mais valias decorrentes da

²⁷ Cursos em que as necessidades dos ramos (e da GNR) são menores, podem seguir os modelos adoptados para a medicina ou para as engenharias (casos da sociologia, da engenharia geográfica, da psicologia, etc.), no sentido de posteriormente não termos oficiais oriundos dos EMESU a frequentar uma segunda licenciatura com apoio da instituição militar.

formação mais ligada à segurança e defesa e à cidadania. Esta opção proporciona saídas profissionais em qualquer fase da carreira e uma motivação acrescida dos quadros;

- d) Com quatro cursos (escolhidos pelos ramos e pela GNR) e cerca de 150 alunos dos três EMESU (sem contabilizar os civis que teriam cotas atribuídas, no sentido de maior racionalidade), haveria todas as condições para ministrar cursos de excelência com um corpo docente reconhecido, mas também enriquecido com o protocolo com universidades civis. Independentemente da estrutura futura do ESM, haveria todas as vantagens em coordenar prioritariamente a integração (por áreas científicas ou por grupos disciplinares) dos diferentes professores do ESM em geral, podendo haver aulas comuns aos cursos dos ramos e da GNR. Haveria ainda lugar a novos departamentos de ensino com alguma autonomia científica e pedagógica, mas sempre subordinados a uma entidade militar qualificada e com capacidade para a necessária integração com os “conhecimentos militares”;
- e) Um maior leque de candidatos potenciais à admissão, quando os próximos anos apontam para uma quebra continuada do número de candidatos ao ensino superior, situação a que se deve acrescentar o cuidado na análise das reformas em curso para o ensino secundário, que nos darão novos jovens com novas competências (é o caso da introdução recente do ensino obrigatório das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação);
- f) A escolha das armas no final das licenciaturas, no sentido de os motivar ao longo da formação nos EMESU, e simultaneamente com o objectivo de não criar sentido corporativista, muitas vezes com mais aspectos negativos que positivos;
- g) A possibilidade dos EMESU concederem o grau de mestre e de doutor (nas áreas científicas dos cursos adoptados), quando tiverem a “massa crítica” e as condições necessárias para tal, o que só se consegue com tempo, mas sobretudo com a vontade explícita das chefias militares, no sentido de muito rapidamente termos militares mestres e doutores, que para além de regerem cadeiras académicas possam (Jorge Silva Paulo 2002) também dirigir os EMESU;
- h) A necessidade de um corpo docente civil qualificado e com elevado sentido de cidadania, mas simultaneamente a importância de um corpo docente militar sem carreira docente específica (os que dispendo de graus académicos pretendessem

optar pela carreira docente universitária, teriam prioridade nos concursos públicos para docente²⁸), mas com experiência militar que proporcione uma mais valia para a instituição e para os alunos. Teríamos então, três tipos de professores militares: os que, sem graus académicos para além da licenciatura, constituíam uma mais valia para os conhecimentos militares, e que seriam escolhidos em função das suas competências técnico-militares; os que, com graus académicos, mas com uma opção de carreira militar servissem como docentes (coordenadores e chefes de departamento), entre três a cinco anos; e os que, dispendo de graus académicos ou de reconhecidos conhecimentos relativamente a determinadas áreas dos conhecimentos militares (mesmo na situação de reserva ou reforma e independentemente dos postos), fossem escolhidos para a categoria de *professor convidado*, mesmo que colocados noutras unidades, estabelecimentos ou órgãos militares.

- i) A opção por parceiros nacionais mas também e sobretudo por parceiros estrangeiros congéneres, que as restrições orçamentais não podem limitar (a segurança é um investimento), ao nível da criação de ambientes de internacionalização da aprendizagem, de docentes e de discentes;
- j) Vai ao encontro da evolução natural suscitada pela declaração de Bolonha, visando inclusivamente a consolidação de um “espaço europeu do ensino superior militar”;
- k) Mantém modelos idênticos nos três ramos, de modo a facilitar qualquer acção de racionalização de recursos, seja ela estrutural (como a eventual criação de uma universidade militar), ou conjuntural (ao nível de intercâmbios de professores, de instalações, etc.).

A eventual adopção de um novo modelo, ou mesmo de subsídios parciais, tem repercussões a vários níveis, consubstanciáveis nos respectivos estatutos, regulamentos e projectos pedagógicos, desde o necessário reajustamento de quadros de pessoal docente, à aprovação de novos currículos e planos de estudos, passando pelo cuidado em promover a integração coerente e progressiva do ensino e da formação profissional posterior. Todos

28 Sempre nos opusemos à criação de uma carreira docente militar, quer pelas repercussões em termos de criação de quadros especiais (que não se justificam pelo número reduzido e porque não constitui tarefa prioritária da instituição militar), quer pela consequente falta de “experiência militar” dos professores. A opção pela carreira docente universitária civil, por parte de militares com graus académicos, beneficiaria a instituição e satisfaria os objectivos dos referidos militares, sendo frequente em países como os EUA, França e Reino Unido.

estes aspectos exigem estudos científicos e respostas políticas, mas sobretudo, impõem três aliados que se chamam “tempo”, “vontade” e “sentido prospectivo”.

6. Considerações Finais

O sistema de ESM vale sobretudo pela eficácia e eficiência das Forças Armadas (e da GNR) no cumprimento da sua nobre missão. No caso concreto do ESMU, a formação ministrada age a médio e a longo prazo sobre o corpo de oficiais, e constitui uma determinante importante das capacidades de defesa do País, pois estamos a escrever e a reflectir sobre o futuro dos líderes militares do século XXI.

Assim, é importante estudar em permanência os factores influenciadores das variáveis caracterizadoras do ESMU, como a nova sociedade da informação e do conhecimento, a necessária racionalização do ESM, o factor sociocultural, as novas missões atribuídas às novas FA totalmente profissionalizadas, e factores externos como o processo de Bolonha e as reformas realizadas por outros EMESU de países aliados. A formação do novo oficial *combatente-académico*, com “nobreza e pureza das atitudes, na riqueza e na eloquência das convicções e no ardor e força no exercício das missões”²⁹, exige por isso, uma atenção especial, em particular os cursos de “Ciências Militares”, que constituem a *espinha dorsal* da instituição militar.

Mas alterar modelos de ensino é tomar decisões de futuro e para o futuro, em que para além de todo o enquadramento legal e da relação directa com a necessária reforma do ESM (de que pode ser um instrumento de acção), se deve ter em atenção que o tempo se constrói normalmente em múltiplos de cinco anos.

Sem descuidar a especificidade militar, com destaque para o comando (afinal a “função chave” do oficial), e para a concentração da formação militar, o novo modelo reforça a formação na área das ciências sociais e humanas, sem esquecer a especificidade dos ramos (e da GNR), e proporciona uma maior abertura a outras opções de carreira. Por outro lado, os EMES (de que os EMESU são parte importante) continuam a ser os fiéis depositários da área da segurança e defesa, situação conciliável e até reforçada com a criação de novas licenciaturas (em substituição das Ciências Militares) de relações internacionais, de gestão, de direito ou de engenharia de sistemas, que directa ou indirectamente dariam maior prestígio à instituição militar e mais dignidade ao estatuto profissional dos oficiais.

29 SIMÃO, José Veiga, “Ensino Superior nas FA”, *Modernização da Sociedade Portuguesa*, p. 74.

Acreditamos que dos vários subsídios para o novo modelo, muitas ideias poderão ser implementadas, mesmo nos modelos das engenharias ou da medicina, a bem de um ensino que forme melhores oficiais.

Na sequência de outros escritos recentes sobre a reforma do ESM, pensamos que continua a ser importante o debate público³⁰ sobre esta matéria, desde que alargado a todos os actores, nacionais e estrangeiros, do sistema educativo militar e da segurança e defesa. Já destacámos, por mais de uma vez, a necessidade de criação, ao nível do MDN, de comissões conjuntas (compostas por especialistas dos três ramos e da GNR), com objectivos perfeitamente limitados no tempo e definidos por áreas, como a identificação do perfil do oficial do século XXI, o estudo dos conhecimentos militares, a internacionalização do ESM e o estudo de novos modelos de ESM. Só temos pecado por perda de tempo...

Todavia, temos a esperança de que, com os subsídios para um novo modelo agora proposto, continuaremos a ter “oficiais de qualidade e cidadãos de excelência”, com competências profissionais mais objectivas, e mais adaptados para servirem na nova sociedade da informação e do conhecimento, simultaneamente como Homens, cidadãos, soldados e chefes.

Bibliografia

BARRENTO, Martins (General), “A Instituição Militar no Século XXI”, in *Nação e Defesa*, Verão 2001, nº98, Lisboa, IDN, pp. 17-31.

BORGES, João Vieira (Tenente-Coronel), “A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal”, in *Revista Militar* nº 2412, Janeiro 2003, Lisboa, p. 47-78.

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1985.

CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa – Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*, Coleção Nova Enciclopédia, nº48, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994.

CNAVES, *A Declaração de Bolonha e o sistema de graus do ensino superior – Bases para uma discussão*, Outubro de 2001.

30 Já em 1998 o Professor Doutor José Veiga Simão, então Ministro da Defesa, incentivava à realização de um seminário sobre o “Ensino Superior nas Forças Armadas”, porque entendia que “Falhar na educação e na Formação nas FA é perder o futuro...”.

CNAVES, *Colóquio no SISNG*, Lisboa, 2001

CNAVES, *Seminário Avaliação e Acreditação*, Lisboa, 2002.

CRESPO, Vitor, *Ganhar Bolonha, Ganhar Futuro: O Ensino Superior no Espaço Europeu*, Gradiva, Lisboa, 2003.

DELBOS, Jean-François, *La Formation Des Officiers de l'armée de terre de 1802 à nos jours*, L'Harmattan, Paris, 2001.

EFFLANDT, Scott (Major) e Reed Brian, (Major), "Formando o Guerreiro-Académico", in *Military Review*, 3rd Quarter, Portuguese Edition, EUA, 2002.

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros (Major-General), "Factores da Evolução do Ensino Militar Superior", in *Nação e Defesa*, Ano I, nº 2. Lisboa, IDN, p. 141-151.

FRAGA, Luís M. Alves de (Coronel), "Universidade das Forças Armadas e Ensino Superior Militar", in *Revista Militar* nº 2419/20, Agosto/Setembro 2003, Lisboa, pp. 771-790.

HUNTINGTON, Samuel P., *The Soldier and the State*, Harvard University Press, Cambridge, 1959.

JANOWITZ, Morris, *The Professional Soldier*, The Free Press, MacMillan Publishing, Nova Iorque, 1971.

LEANDRO, Garcia (Tenente-General), "O Ensino Superior Militar e o seu Enquadramento Conceptual", CCB, *Seminário sobre Avaliação Global do Ensino Superior*, Organizado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, 11 e 12 de Abril de 2000.

MOREIRA, Adriano, "A Natureza das FA e a Reforma do Ensino Militar", in *Nação e Defesa*, nº 98 - Verão 2001, Lisboa, IDN, pp.73-84.

MOSKOS, Charles C., e WOOD, Frank R., *The Military: More Than Just a Job?*, Pergamon-Brassey's, Nova Iorque, 1988.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (org.), *Globalização e Diversidade: A Escola Cultural, Uma Resposta*, Porto Editora, Lisboa, 2002.

PAULO, Jorge Silva (Capitão-de-Fragata), "Universidade das Forças Armadas", in *Revista Militar*, nº 2411, Dezembro 2002, Lisboa, pp. 953-970.

PERLMUTTER, Amos, *Lo Militar e lo Politico en los tiempos modernos*, Servicio de publicaciones del Estado Mayor del Ejército, Madrid, 1982.

SANTOS, Loureiro dos (General), “Racionalizar o Ensino Superior Militar”, in *Diário de Notícias*, 2 de Setembro de 2002, p. 12.

SIMÃO, José Veiga, **OLIVEIRA**, Jaime da Costa, **RALHA**, Alberto, *Modernização da Sociedade Portuguesa*, Edição Fundação das Universidades Portuguesas, Coimbra, 2002.

SIMÃO, José Veiga, **SANTOS**, Sérgio Machado dos, **COSTA**, António de Almeida, *Ensino Superior: uma visão para a próxima década*, Gradiva, Lisboa, 2002.

TELLES, Sebastião, *Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares*, 3ª Edição, Edição Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2001.

SAMPAIO, Jorge, *A Defesa Nacional e as Forças Armadas; Intervenções do Presidente da República*, Presidência da República, Lisboa, 2002.

VAZ, Nuno Mira (Coronel), “A Profissão Militar: Um Modelo à procura de sustentação”, in *Nação e Defesa*, nº 98, 2ª Série, Verão 2001, Lisboa, IDN, pp. 49-72.

VAZ, Nuno Mira (Coronel), *Civilinização das Forças Armadas nas Sociedades demoliberais*, Edição Cosmos, IDN, Lisboa, 2002.

VIDEIRA, Carlos Manuel Terron da Silva (Tenente-Coronel), “Formação Comportamental na AM”, in *Revista Militar* nº 2/3-Fev/Mar 2000, Lisboa, pp. 153-165.

VIEIRA, Guilherme Belchior (Tenente-General), “Que Modelo de Militar para a Nova Arte de Guerra e Paz?”, in *Nação e Defesa*, nº 98, 2ª Série, Verão 2001, IDN, Lisboa, pp. 33-48.

VIEIRA, Guilherme Belchior (Tenente-General), “Modelos de Sistemas de Ensino Universitário Militar”, in *Revista Militar* nº 2405/2406, Junho/Julho 2002, Lisboa, pp. 483-492.